

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zeno Hora

Class.: 62

Data: 29 de setembro de 1981

Pg.: _____

ANAI pede demarcação das terras indígenas

Associações Nacionais de Apoio ao Índio reuniram-se em Brasília

Nos dias 25, 26 e 27 de setembro realizou-se em Brasília o III Reunião das Entidades de Apoio ao Índio com a presença de entidades ligadas ao problema do silvícola de vários estados. A socióloga Lágia Simonian, representante da Associação Nacional de Apoio ao Índio, de Ijuí, divulgou o comunicado com as conclusões da reunião. O documento na íntegra:

— Comunicado à imprensa, da III reunião nacional das entidades de apoio ao índio. Os representantes presentes à terceira reunião nacional das entidades de apoio ao índio, reunidos durante os dias 25, 26 e 27 de setembro em Brasília definiram como temas centrais das discussões: 1º — política indigenista oficial, 2º — política indigenista alternativa e 3º — estratégias das entidades de apoio. Os seguintes pontos merecem destaque como síntese dos trabalhos: Política Indigenista oficial — demarcação de terras. Concluíram as entidades presentes na reunião na sede da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura — Contag, em Brasília, que não estão sendo cumpridas as promessas e propósitos de demarcação e salientaram-se as declarações do próprio presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, que afirmou haver reservas em excesso, o que gera uma real preocupação em todas as entidades quanto ao futuro de inúmeras reservas. Há casos, porém, em que a Fundação Nacional do Índio está demarcando com prejuízos das reais necessidades dos povos indígenas, como ocorre em Tapirapé, Apuriná e Nhambiquara, onde a Funai impôs a demarcação, excluindo territórios vitais para a sobrevivência dos povos, ou seja, aquelas áreas economicamente disputadas.

2º — a prática do Estado no trato da questão indígena vem sendo caracterizada pelo estreitamento da participação de qualquer pessoa ou grupo que possa diminuir a sua ação arbitrária. Esse estreitamento se reflete claramente na alteração dos quadros de funcionários da Funai, tendo sido demitidos antropólogos indigenistas de competência reconhecida e substituídos por pessoas sem qualificação técnica, na sua maioria militares. A substituição soma-se à atuação sigilosa transformando a Funai e seus arquivos absolutamente distanciados do conhecimento da Opinião Pública e da Comunidade Científica. Além disso, as decisões sobre definição de reservas indígenas passaram ao Conselho de Segurança Nacional excluindo a consideração das necessidades dos povos indígenas.

3º — Critérios de Indíenidade. Com relação aos critérios de indíenidade, a respeito dos quais já se tinha notícia e temia-

se que estivessem sendo definidos pela Funai, foi possível conhecê-los nesta reunião, através de documentos comprobatórios de sua existência e aplicação.

Esta nova investida da política indigenista oficial é a repetição das já frustradas tentativas de emancipação compulsória e de estadualização, sendo por isso tema de maior importância de todo o encontro. No espírito das duas investidas anteriores os critérios de indíenidade se constituem num instrumento, a negação do status jurídico de índio e conseqüentemente do direito à tutela e posse coletiva da terra. A Funai ao elaborar esse supostos critérios, além de evá-los de características racistas, acientíficas e absurdas, o fez atribuindo participação à comunidade científica. A ABA — Associação Brasileira de Antropólogos, como representante da comunidade antropológica, disputa não só a participação como a própria validade dos critérios.

4º — Os produtos econômicos nas reservas indígenas. A Funai vem incrementando nas áreas indígenas projetos econômicos de características nitidamente empresariais. Esta atitude além de aumentar a dependência dos grupos, gerando descaracterização e desorganização dos caminhos próprios do desenvolvimento indígena, tem funcionado como um verdadeiro suborno às lideranças, para abafar as reivindicações grupais.

5º — Organização das Entidades Indígenas. As entidades de proteção ao índio salientaram também que a Funai tem de forma permanente negado o reconhecimento às nações indígenas de se organizarem em defesa de seus interesses comuns. Essa negativa tem se traduzido numa insistente perseguição às lideranças da União das Nações Indígenas.

Durante a reunião foi realizado um ato público pró mangueirinha indígena organizada conjuntamente pelo comitê nacional pró-Mangueirinha Indígena, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para a questão das terras de Mangueirinha, que deve ser julgada nos próximos dias pelo Tribunal Federal de Recursos. Estiveram presentes à reunião em Brasília as seguintes entidades: Conselho Indigenista Missionário Norte, Comissão Pró Índio do Maranhão, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre, Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Porto Alegre e Ijuí, Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo, Grupo de Apoio ao Índio Braz Agular, de Belém e Santarém, Cimi, de Mato Grosso do Norte.